



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.411, DE 2024

(Do Senado Federal)

OFÍCIO Nº 1281/2024 (SF)

Institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA).

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2610/2022. EM RAZÃO DESSA APENSAÇÃO, A MATÉRIA PASSA A TRAMITAR EM REGIME DE PRIORIDADE.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA).

Apresentação: 13/11/2024 20:54:00.000 - Mesa

PL n.2411/2024

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (PNAEJA), com o objetivo de superar o analfabetismo e qualificar a oferta da educação básica obrigatória e gratuita na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para todos aqueles que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na adolescência ou na juventude.

Art. 2º São princípios da PNAEJA:

- I – a promoção da equidade, da justiça social e da cidadania;
- II – a garantia do direito à educação e a elevação da escolaridade da população;
- III – o fortalecimento e a expansão de programas e projetos de alfabetização de jovens e adultos, com ênfase nas iniciativas baseadas na educação popular;
- IV – a promoção de condições de acesso, permanência e conclusão da educação básica para aqueles que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na adolescência ou na juventude;
- V – a valorização da experiência extraescolar e a oferta educacional adequada à diversidade de necessidades da população de jovens, adultos e idosos que não foram alfabetizados ou que não concluíram a educação básica;
- VI – os estudantes jovens, adultos e idosos, público-alvo da educação especial (PAEE), terão assegurados o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem na EJA.

Art. 3º A PNAEJA será executada de acordo com as seguintes diretrizes, implementadas em articulação com os sistemas de ensino dos Estados e dos Municípios e por meio de programas federais específicos:

- I – promoção da chamada pública para sensibilização da demanda, pelo menos uma vez ao ano, nos termos do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- II – oferta de programas de alfabetização e escolarização adequados aos interesses e às necessidades das pessoas idosas, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
- III – articulação intersetorial com os setores da saúde, da assistência social, da cultura, da promoção de direitos humanos, do desenvolvimento agrário e da segurança



pública para integração de dados, busca ativa do público-alvo e promoção de ações voltadas para alfabetização e continuidade de estudos;

IV – consulta e participação social, envolvendo organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições formadoras de profissionais que atuam na educação de jovens, adultos e idosos;

V – promoção de espaços escolares e modelos pedagógicos flexíveis e diversificados, com diferentes turnos de atendimento, inclusive aos finais de semana, considerando as necessidades de grupos demográficos específicos e de estudantes que conciliam rotinas de estudo, trabalho remunerado e cuidados;

VI – oferta da educação de jovens, adultos e idosos nos espaços de privação de liberdade, garantidas as condições de acesso, permanência e qualidade próprias desta modalidade e observadas as especificidades do contexto;

VII – oferta de materiais didáticos e literários adequados e relevantes para alfabetização de jovens, adultos e idosos e ampliação de seu repertório literário;

VIII – formação e valorização de profissionais especializados para atuação na educação de jovens, adultos e idosos, incluindo docentes, gestores e educadores populares;

IX – fomento ao conhecimento científico sobre a educação de jovens, adultos e idosos, intercâmbio de experiências nacionais e internacionais, e disseminação de práticas exitosas;

X – desenvolvimento de diretrizes curriculares próprias, que contemplem conteúdos, competências e habilidades essenciais para a participação cidadã, a inserção produtiva, a inclusão e o letramento digital e a aprendizagem ao longo da vida, incluindo a continuidade de estudos em nível superior;

XI – valorização e certificação de conhecimentos e habilidades obtidos durante períodos intermitentes de frequência à escola ou por meios não formais;

XII – prioridade para o ensino presencial, sem prejuízo do apoio de tecnologias digitais, permitida a adoção da educação a distância como estratégia pedagógica complementar, nos termos das diretrizes curriculares e operacionais próprias da educação de jovens e adultos;

XIII – garantia de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde na educação de jovens, adultos e idosos;

XIV – garantia de espaços de acolhimento para crianças de 4 (quatro) a 12 (doze) anos que se encontrem sob a responsabilidade de estudantes jovens, adultos e idosos regularmente matriculados na educação de jovens e adultos ou inseridos em programas de alfabetização;

XV – incentivos para a expansão da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional e tecnológica e a programas de geração de emprego e renda, sem prejuízo da formação geral que caracteriza a educação básica;

XVI – oferta de bolsas e auxílios financeiros para alfabetização, permanência escolar e conclusão da educação básica pelo público-alvo.

Art. 4º A PNAEJA englobará os seguintes programas prioritários, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:



I – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), de que trata a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004;

II – Programa Brasil Alfabetizado (PBA), de que trata a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004;

III – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), de que trata a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004;

IV – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de que trata a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

V – Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), de que trata a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

VI – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), de que trata a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008;

VII – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), de que trata o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006;

VIII – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011;

IX – programas de apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica, de que trata a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006;

X – programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança (Programa Pé-de-Meia), de que trata a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento da União.

Art. 6º A implementação e os resultados obtidos pela PNAEJA serão permanentemente monitorados e avaliados pelos órgãos executores dos programas referidos no art. 4º, sem prejuízo das atividades de avaliação, fiscalização e controle externo exercidas pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 7º As metas progressivas para a erradicação do analfabetismo no Brasil, objetivo principal da PNAEJA, serão definidas em regulamento, em conformidade com o que dispuser o Plano Nacional de Educação vigente, e deverão levar em conta as particularidades regionais dos sistemas de ensino, a disponibilidade e a alocação de verbas e a idade do público-alvo, entre outras variantes.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de novembro de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-939420-dezembro-1996-362578-norma-pl.html
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei10741-1-outubro-2003-497511-norma-pl.html
LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei10880-9-junho-2004-532613-norma-pl.html
LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei11947-16-junho-2009-588910-norma-pl.html
LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei11692-10-junho-2008-576294-norma-pl.html
DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decret-o-5840-13-julho-2006-544587-norma-pe.html
LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html
LEI Nº 11.273, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei11273-6-fevereiro-2006-540874-norma-pl.html
LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei14818-16-janeiro-2024-795255-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO